

RECONHECENDO IDENTIDADES: AS POSSIBILIDADES DA PESQUISA E DO ENSINO EM HISTÓRIA LOCAL

VILMA DE LURDES BARBOSA*

A história local entra em cena: consolidando identidades e observando escalas.

Partindo do pressuposto de que o conhecimento histórico científico e o conhecimento histórico escolar buscam ser instrumentos de ação efetiva na sociedade, materializando-se na dimensão da práxis, tem-se a percepção, construção ou consolidação da identidade como referencial para a vivência social, especialmente porque não podemos tomar a identidade como um produto social pronto e acabado, ao contrário, ela está em permanente processo formativo.

Em princípio, temos que, se o sujeito adquire ou tem o conhecimento histórico, isso propiciará a consciência da sua identidade social, levando-o a ação. Seria a interação entre o conhecimento e a ação – conhecimento para a ação. O local é, pois, o espaço de atuação dos sujeitos históricos. Na realidade, o que significa o fazer da própria história.

Segundo Bourdin (2001), o espaço local se constitui ponto de referência onde podem ocorrer as ações práticas dos indivíduos e da coletividade:

Por outro lado, é na escala local, na do bairro, da cidade ou da microrregião que alguns problemas da vida diária podem ser regulados, por exemplo, os que se referem à organização dos serviços públicos. A solidariedade e a sociabilidade podem se desenvolver dentro de redes muito dispersas, mas são muitas vezes mais fáceis de criar quando se apóiam na vizinhança. Enfim, o quadro local pode servir para se organizarem grupos muito unidos, ou coalizões para a ação. (p. 13).

Assim, o conhecimento do local de pertença¹ oportuniza a consolidação da identidade social, e isso, por sua vez, pode possibilitar a capacidade de atuação dos sujeitos, pois, segundo Neves (1997):

Identidade social, [...], implica na consciência que se tem de si mesmo. Essa consciência supõe um reconhecimento do mundo (contexto) no qual se existe e atua. Portanto, por identidade social pode-se entender o reconhecimento de si próprio como **sujeito** da história (processo). E, na medida em que o sujeito da história é realizador de ações, ele é também, **objeto** da história (ciência). A identidade social é, portanto, um atributo de sujeitos da história que se definem e se reconhecem na ação. (p. 15. Grifos da autora).

Na esfera da história local se torna possível a articulação entre conhecimento e identidade social dos seus agentes que, ao mesmo tempo, se constroem e se expressam na dimensão do processo histórico, pois, são eles que fazem a história, através de suas ações e, ao mesmo tempo, produzem conhecimento na dimensão da ciência histórica.

* UFPB – Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em História do CCHLA.

¹ Local de pertença, nesse sentido, refere-se a fazer parte de determinado local, através da inserção dos indivíduos ou de grupos e das relações sociais, culturais, administrativas, econômicas e políticas estabelecidas entre eles.

A construção e elaboração da história local podem ser reveladoras da realidade cotidiana das comunidades, no sentido de configurar e explicar os problemas por elas enfrentados, ao tempo que, os problemas e questionamentos das comunidades podem suscitar a necessidade de, no exercício de compreendê-los e buscar soluções - numa práxis transformadora, se proceder a sua elaboração e registro. Então, a história local tanto pode provocar a ação como pode ser por ela provocada no sentido de sua constituição.

Então, se o conhecimento desvenda e, ao mesmo tempo, fundamenta ações a partir da interação entre sujeito e conhecimento, essa interação é capaz de produzir o desenvolvimento da identidade social. Pela geração ou consolidação da identidade social os sujeitos sociais asseguram suas ações e legitimam sua relação com o passado e o presente, promovendo o diálogo espaço-temporal necessário à compreensão da história, e, nesse sentido, o passado transforma-se numa narrativa não fixa, mas permeável pelos interesses do tempo presente.

Para além de uma concepção simplista da história com tradição no passado, a ligação entre conhecimento e ação lança uma perspectiva que contempla uma dupla reflexão: o olhar do presente direcionando o estudo do passado e o conseqüente aprofundamento do domínio do presente.

Na perspectiva da história local, essa composição da identidade social calcada numa práxis histórica, considerando que a ligação entre conhecimento e ação nos espaços de vivência do sujeito – que é sempre local – é imprescindível à condução de intervenções no processo histórico de forma mais consciente e comprometida.

Examinando a construção e reconstrução da história local, outro elemento a observar, e que colabora na configuração da identidade social, é a questão espacial, no sentido da relação entre o sujeito, o seu ambiente de pertença e outros lugares. Apesar do fato de estar na pauta de variados estudos, ela passa, na maioria das vezes, por uma simplificação ou reducionismo inconcebível, que se procura superar, buscando-se, entre outras alternativas, a percepção da questão espacial não como determinante, mas como dimensão do processo social da comunidade em estudo. Pois a mesma, na construção do seu cotidiano, tem a possibilidade de proceder também à compreensão da formação do espaço em que vive.

Sobressai, nessa abordagem da história local, o desenvolvimento de uma visão do homem situado como agente social, econômico, cultural e político da história, bem como a percepção da estrutura social encarada como a totalidade dos agentes humanos e não uma parcela destes, percebendo-se, assim, as suas diferenciações, interesses e visões. Thompson (1992, p. 42), alerta que “a história local traçada a partir de um estrato social mais restrito

tende a satisfazer-se com menos, a ser uma reafirmação do mito da comunidade”, e assim, destacar apenas determinados sujeitos que *merecem* ser lembrados.

Deve-se buscar, então, a superação da prática de alguns indivíduos que assumiram a função de *historiadores* ou *intelectuais* oficiais das cidades e municípios – o médico, o padre, o bacharel em direito, o professor – e que, em suas produções, apresentam um grau exacerbado de factualismo e personalismo, numa versão doméstica da história oficial onde se apresenta uma listagem que exalta os *grandes homens* e os *cidadãos ilustres* que devem ser lembrados e reverenciados num relato no mais das vezes circunscrito aos aspectos político-administrativos. Apesar desses materiais, em geral, excluírem a maior parte da população do seu conteúdo, independente da forma e da cientificidade ou não, destacamos que a sua importância para o historiador reveste-se daquilo que está no conteúdo apenas como possibilidade de fonte.

Variados exemplos apontam para a frequência dessa visão equivocada, porém, não ingênua. Mencionamos, aqui, o caso de trabalhos realizados nos municípios de Ingá e de Areia, na Paraíba, onde o prefeito e o *historiador oficial*² do município, respectivamente, utilizando-se de uma concepção de história *como passado*, conservadora e imutável, além de desconsiderar toda a pesquisa de campo realizada com a comunidade – associações, sindicatos, escolas, entre outros – apresentaram reações à história nos termos que se seguem.

O prefeito, definindo que “só é história o que foi escrito pelo menos há mais de 30 anos passados”, como se a distância temporal entre pesquisador e objeto significasse a garantia de um estudo *isento, imparcial e ‘verdadeiro’*. Sua proposição foi motivada pelo menos por dois fatores, quais sejam: porque, por opção teórico-metodológica da equipe de pesquisa, a temática que direcionou a composição da obra foi o *trabalho*³. Assim, esteve em destaque a ação dos cidadãos que efetivamente construíram, constroem e configuram o espaço municipal pelo seu labor cotidiano, pelo seu trabalho, pelas estratégias de sobrevivência diária que empreendem, e não por ações políticas individuais e circunstanciais de determinados elementos pertencentes aos quadros político-partidários presentes no município. Outro fator é que, o período citado – os últimos trinta anos correspondiam exatamente aos que marcavam o domínio e a ação política do referido prefeito naquela localidade, não sendo o mesmo, necessariamente, contemplado no livro, talvez, por isto mesmo, ele não considere o conteúdo como histórico.

² Sujeito leigo em relação à formação histórica acadêmica, geralmente é o mediador e expoente oficial da cultura e da intelectualidade dos representantes do poder público municipal, apresenta-se com uma atitude conservadora frente ao passado, defendendo o tempo enquanto continuidade e progresso, nunca como esfera de mudanças.

³ Essa escolha teórico-metodológica inspirou-se em variadas obras da historiografia inglesa, entre elas: E. P. Thompson (1987), Eric Hobsbawm (2000), Peter Burker (1992), Christopher Hill (1987) e Jim Sharpe (1992).

Já o *historiador oficial* encaminhou à equipe, por meio de uma carta enviada via Correios, uma *lista de reparos e correções* ao que foi pesquisado e escrito também com a participação e anuência da própria comunidade. Nesse caso específico, os reparos diziam respeito à ausência de referência aos *notáveis* ou a algum nome de escola citado equivocadamente, ao tempo que se mostrou completamente desinteressado pela participação popular - inclusive depreciando-a, na história do município, ou mesmo, da própria colaboração desta através de depoimentos e entrevistas.

Note-se que, em ambos os casos, o que se propunha com essas atitudes, era exatamente subtrair, da construção e compreensão da história da comunidade, elementos que pudessem vir a incorporar a memória e a voz da população, a questionar a história oficial, ou mesmo a imagem do poder público.

Destaca-se, assim, a consideração, por parte de elementos do governo, que repassam a idéia de que, ao *povo*, quase sempre iletrado, foi reservado o papel de observador na seleção daqueles fatos ou *grandes personagens* que devem, ou não, serem homenageados pela historiografia oficial. Entendemos que assim procedendo contribui-se para cristalizar uma visão dos heróis que ora estão demarcando a história local através dos monumentos, símbolos, nomes de praças e ruas, publicações, entre outros.

A história local pressupõe a recusa de concepções de história estreitas e ultrapassadas, em obras produzidas nos municípios que, à luz da metodologia mais atualizada, sequer poderiam ser classificadas como científicas, podendo configurar-se, no mais das vezes, como já foi dito antes, como fontes de pesquisa.

Quando se trata do campo da memória histórica, a abordagem local busca diretamente a relação com fatos e elementos que ajudem a resolver os problemas efetivos da comunidade em estudo, sendo encarada como um instrumento de transformação social, e trazendo significado ao ato de conhecer e construir a história, possibilitando apreender-se que o Estado não é uma entidade que se coloca acima do cidadão, mas que é por ele construído.

Nesta perspectiva, não se está propondo uma história local que, a exemplo da historiografia tradicional eurocêntrica, apresente-se de forma linear ou que defenda a idéia de evolução e progresso para a compreensão da história. Não seria a história local guardião de um conhecimento que, gerado a partir de si mesmo, estaria apto a explicar a totalidade da história, ou mesmo propondo tornar-se um conhecimento auto-suficiente. Ao contrário, apresenta a possibilidade de uma prática relacional entre contextos diferenciados, contemplando a diversidade histórica dos lugares e entre os protagonistas na escrita da história.

Assim, particularmente, a história local tem-se voltado e considerado as especificidades e peculiaridades dentro de uma metodologia de pesquisa que considera aspectos da micro-história e da história da vida cotidiana, privilegiando novos objetos e sujeitos, revisitando memórias, envolvendo variados espaços e territórios, dentro, ainda, de temporalidades diversas, na perspectiva da compreensão das relações sociais que são geradas nesses espaços, como bem indicado por Samuel (1990):

A história local requer um tipo de conhecimento diferente daquele produzido no alto nível de desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma idéia muito mais imediata do passado. Ele a encontra dobrando a esquina e descendo a rua. Ele pode ouvir seus ecos no mercado, ler o seu grafite nas paredes, seguir suas pegadas nos campos. (p. 220).

A história local tem, em si, a força popular, pois as pessoas estão continuamente colocando para si mesmas questões relacionadas ao local onde moram e mantêm relações sociais e de trabalho e, sobre como viveram seus antepassados. Porém, observando que, normativamente, os espaços históricos locais são apresentados como tendo um destino linear e evolutivo, de acordo com a lógica dos personagens considerados importantes e que conduziram ou conduzem os destinos da comunidade, apresenta-se uma perspectiva homogeneizante, que distancia a história do *homem concreto*, excluindo, assim, a ação histórica dos variados segmentos sociais com suas experiências diferenciadas.

Abordar a reconstrução das memórias e suas significações possibilita o registro das relações que se constituem no cotidiano urbano e rural com suas peculiaridades e especificidades. Expressão desse pensamento encontra-se também em Manique e Proença (1994) que, referindo-se à historiografia escolar, apontam:

A historiografia escolar tem-se limitado a transmitir uma memória nacional, apresentada como memória coletiva de todo o povo, mas que não passa da memória de suas elites. [...] nada diz à maioria das populações rurais, detentoras de uma memória longa, nos seus ritos, costumes e tradições, nem aos estratos urbanos, sem dúvida mais populosos. (p. 24).

O próprio Samuel (1990) utiliza inúmeros exemplos de reconstituição da história local na Inglaterra desde o século XVIII até as primeiras décadas do século XX, usando, para tanto, os mais variados documentos e fontes, enfatizando leituras polissêmicas em documentos já utilizados, ou mesmo a perspectiva de nova leva de registros documentais até então não explorados mais ricos em informações, destaca, inclusive, a importância do apelo ao depoimento oral. A articulação da história local com outros níveis de experiência e numa diversidade de escalas de observação e análise – regional, nacional, global, possibilita o uso de uma multiplicidade de fontes e documentos.

Os debates, nos últimos anos do século XX, apontam para uma possível compatibilidade entre as escalas de investigação macro e micro, já que ambas são

representativas, no sentido de que alcançam, de diferentes maneiras, realidades concretas na história. Considera-se que são diferentes esferas, porém, essas diferenças não implicam em uma hierarquia de valores na tarefa de reconstruir a história. O que se tenta evitar, na realidade, é qualquer ortodoxia teórica ou doutrinária, e buscar a diversidade de temas e a pluralidade de enfoques, como bem argumenta Braudel (1986) “ Para mim, a história é a soma de todas as histórias possíveis, uma coleção de ofícios e de pontos de vista, de ontem, de hoje, de amanhã. O único erro, a meu ver, residiria em escolher uma dessas histórias desprezando a restante.” (p. 17).

Já, para Vainfas (2002), não há porque desconsiderar ou colocar em oposição as escalas de observação e análise histórica, elas são, na realidade, em si mesmas, diferentes, porém se constituem como recursos teórico-metodológicos diversificados, dos quais os historiadores podem fazer uso, em suas reconstituições processuais, num movimento de construção do conhecimento que, de acordo com suas necessidades investigativas, podem, ou não, ser utilizados.

Havendo pesquisa séria, problemática relevante e clareza expositiva, estarão preenchidas as condições essenciais para que um trabalho historiográfico possa dar contribuição valiosa, independente da escala de observação ou da maior ou menor dimensão do objeto investigado. (p. 151).

Segundo este autor, a inserção da micro-história em uma pesquisa se dá, antes de tudo, pelas possibilidades que se abrem de interação do campo estudado com outros contextos, porém, resguardando as especificidades e distanciando-se de generalidades homogeneizadoras.

[...] a ambição da micro-história é a de inscrever o grupo ou mesmo o indivíduo estudado no maior número possível de contextos, e isso se pode alcançar com mais profundidade – mas decerto com menos generalidade explicativa – em uma escala restrita e com pesquisa exaustiva de determinado corpus documental. (p. 152).

Considerando ainda a questão das escalas, e em consulta ao dicionário Holanda (2005), encontramos pelo menos 12 significados para o verbete *escala*. Destacamos o enfoque referente a ela como um instrumento de medida correspondente à variação de grandezas. Observando um dos significados específicos que aparecem e se reportam a essa palavra temos, por exemplo, sua aplicação no desenho técnico, em referência a um instrumento (espécie de régua), com três faces, cada uma delas com duas escalas diferentes, uma para cada borda, perfazendo assim, seis opções de dimensionamento, a gosto e necessidade de quem vai operá-la e do que se pretende representar numa relação de proporções ou distâncias vinculadas à matriz concreta de um todo.

Assim, a história, tomando por similaridade da lógica matemática, as noções de escala e proporção e seu respectivo uso, que destaca o valor desse instrumento, e a importância no

seu manejo para aquisição de informações em perspectiva, que, por vezes, exigem a minúcia dos dados, procede, pontualmente, uma relação entre a utilização da abordagem em escala como possibilidade de um movimento relacional entre o pormenor e o todo.

Essa abordagem provocou a revisão de convicções estabelecidas sobre a construção do social, baseada na micro-história – em processos sociais maciços e muitas vezes anônimos, que requeriam para o seu entendimento, a minúcia na observação de fatos, documentos e interpretações acompanhada da inter-relação entre o espaço local e a dimensão histórica global. Segundo Revel (1998),

Não existe hiato, menos ainda oposição, entre história local e história global. O que a experiência de um indivíduo, de um grupo, de um espaço permite perceber é uma modulação particular da história global. Particular e original, pois o que o ponto de vista micro-histórico oferece à observação não é uma versão atenuada, ou parcial, ou mutilada, de realidades macrosociais: é [...], uma versão diferente. (p. 28).

Desse modo, a historiografia italiana tem desenvolvido variados estudos, aventurando-se na micro-história, e com ela a utilização das escalas para a investigação. A grande preocupação, que se apresenta, é a tentativa de articular de maneira rigorosa a relação entre a experiência singular dos sujeitos históricos e as suas ações coletivas.

A mudança de lentes objetivas na análise do objeto em estudo e, na história, o uso de escalas para a sua compreensão, tem colocado em questão convicções há muito sedimentadas. Rompe-se com a hierarquia do contexto macro sobre o micro. Para a história, como já dito, não é o caso de opor uma a outra, mas de reconhecer as suas diferenças e no que essas escalas podem complementar e instrumentalizar o conhecimento histórico.

Fenômenos maciços, que estamos habituados a pensar em termos globais, como o crescimento do Estado, a formação da sociedade industrial, podem ser lidos em termos completamente diferentes se tentarmos apreendê-los por intermédio das estratégias individuais, das trajetórias biográficas, individuais ou familiares, dos homens que foram postos diante deles. Eles não se tornam, por isso, menos importantes. Mas são construídos de maneira diferente. (REVEL, 1998, p. 13).

Nesse debate que continua em aberto, procura-se compreender de que forma os detalhes e as experiências particulares podem colaborar no entendimento de lógicas sociais de grupos, de cidades, de nações. Como, privilegiando a experiência de atores diversos, até então considerados *vozes presas do silêncio*, dar visibilidade às suas práticas.

Na busca de consubstanciar o trabalho com a micro análise, o autor citado, se vale do uso das escalas para a análise histórica, vendo, “[...] no princípio da variação de escala um recurso de excepcional fecundidade, porque possibilita que se construam objetos complexos e portanto que se leve em consideração a estrutura folheada do social”. (p. 14). E, ainda, na

relação entre as abordagens micro e macro analítica, afirma que, “[...] nenhuma escala tem privilégio sobre a outra, já que é o seu cotejo que traz o maior benefício analítico”. (p. 15).

As posições declaradas por Revel (1998), acordam com as de Alan Bense, Marc Abéles e Bernard Lepetit, expressas no livro por ele organizado, resultado de um Seminário promovido pelo Ministério de Pesquisa e Tecnologia Francês, no ano de 1991, reunindo não só historiadores, mas também, antropólogos, para discutirem as abordagens possíveis para o uso das escalas e da micro-história. Todo o livro apresenta uma perspectiva propositiva de análise e de estímulo ao uso de escalas, especialmente no trato da história social, observando que o local, o regional, o nacional e o internacional são, para a investigação histórica, escalas de medida relacionais.

Não há, pelo menos até o momento, um modelo único de interpretação, problemática e uso da abordagem da micro-história, que se faça presente no debate epistemológico. Só para citar algumas dessas diferenças, temos, para os franceses, as questões girando em torno da história social e os seus objetivos, para os italianos o seu emprego conta com o aporte e relação estreita com a Antropologia, e, particularmente, em Ginzburg (1989) tem-se a sua aplicação como paradigma indiciário. Talvez um ponto de convergência seja a constatação de que trabalhar com escalas e com a micro-história requer um considerável caráter empírico de abordagem.

Assim, a micro-história, mesmo não se caracterizando como um corpo de proposições unificadas requer regras básicas para o seu uso: coerência documental, domínio do objeto de análise, reunião de dados e construção de provas, e, nesse sentido, em nada difere de outras formas de análise histórica. Na realidade:

Ela afirma em princípio que a escolha de uma escala particular de observação produz efeitos de conhecimento, e pode ser posta a serviço de estratégias de conhecimentos. Variar a objetiva não significa apenas aumentar (ou diminuir) o tamanho do objeto no visor, significa modificar sua forma e sua trama (REVEL, 1998, p. 20).

Dessa forma, a questão da representatividade do singular em relação ao conjunto ao qual se integra é outra preocupação dos que se utilizam dessa abordagem e que buscam o distanciamento de uma história social que privilegiou e, de certa forma ainda privilegia, o espaço macro, e uma história globalizante que pretensamente dê conta dos elementos essenciais ao conhecimento histórico. Para Silveira (1996), a história local vem resgatar elementos importantes que contrariam esta prerrogativa já que: “Os tempos globalizantes cedem lugar à micro-história; o tempo estrutural, ao tempo cotidiano; o espaço globalizado ao espaço local ou regional; as coletividades como objeto, às histórias de vida dos sujeitos; as utopias, à falta de sentido na história; a explicação, à versão do fato”. (p. 13).

Ao utilizar a história local como recurso teórico-metodológico de pesquisa, o que se propõe é estabelecer relações espaço temporais, cabendo explicitar que, ao trabalhar com a análise em escalas, definindo uma maior ou menor dimensão, busca-se o aporte num recorte metodológico – o local em relação a um espaço definido, porém em conexão com outros. Conforme Reznik (2005)

[...] insere-se a reflexão sobre o local enquanto circunscrição de espaços sociais de menores proporções se comparados a delimitações mais abrangentes como o nacional. Não podemos contudo conceituar o que é local pela mera oposição com o nacional. No nosso entender, mais do que uma oposição, existe uma relação, discernível a partir das escalas de observação e recortes temáticos que informam o olhar do historiador. O local configura-se então como um recorte temático eleito pelo historiador a partir de uma escala igualmente construída por este. (p. 3)

Assim, o que se pretende com esse recorte, que extrapola o entendimento de tempo e/ou de espaço isoladamente, é problematizar as relações sociais neles produzidas historicamente. Trata-se, portanto, de considerá-lo, para além de um recorte apenas geográfico.

Na dimensão da história social a micro-história, utilizando-se de escalas de observação e análise, dá conta da diversidade e pode assim contribuir para seu entendimento, desde que se mantenha a devida distância de um individualismo metódico ou de qualquer relativismo culturalista que banalize as mediações necessárias e relacionais com outras dimensões e contextos históricos.

A escolha metodológica para o trabalho com escalas de observação e análise na história demanda segundo Revel (1998), algumas redefinições que, por exemplo, contemplem: renovados pressupostos da análise sócio-histórica que levem em “consideração a forma como as identidades coletivas se constituem e se deformam” (p. 26), revisão da noção de estratégia social numa “postura decididamente antifuncionalista e, rica de significações”. (p. 26).

Deve-se também considerar novas percepções para a noção de contexto, que gerem a reconstrução e revalorização do seu uso e a necessidade de considerar que a micro-análise possibilita:

[...] uma lembrança da multiplicidade das experiências e das representações sociais, em parte contraditórias, em todo caso ambíguas, por meio das quais os homens constroem o mundo e suas ações, e que, deve originar um convite a inverter o procedimento mais habitual para o historiador, aquele que consiste em partir de um contexto global para situar e interpretar seu texto. (p. 27).

E, por fim, deve-se atentar para que o uso de escalas de observação e análise entre, por exemplo, o nacional e o local, “não implica uma hierarquia de importância, especialmente do ponto de vista da história social”. (Revel, 1998, p. 27).

Na realidade, o autor chama a atenção para o fato de que se “deve construir a pluralidade dos contextos que são necessários à compreensão dos comportamentos observados” (p. 27), fugindo de qualquer hierarquia de importância já que os sujeitos históricos inscrevem-se em contextos variados.

Seguindo esses pressupostos e buscando relações entre o uso das escalas e da micro-história com a história local, entendemos que, não se trata de opor o local ao geral, pois são escalas diferentes que exigem observação também diferente e podem, assim, contribuir para a compreensão que se tem do passado e do presente.

Ao se mudar a escala de observação e análise pode ser gerada novas compreensões da história, isto é o que caracteriza a micro-história italiana, que preconiza a redução da escala de análise, seguida de um *jogo* entre essa dimensão em detalhe e a ampliação em escala para contextos sociais, atribuindo-lhe assim, sentido.

Temos um exemplo clássico da aplicação da micro-história na obra de Levi (2000), que aponta exatamente para o jogo de escalas, ao tratar da trajetória de um padre exorcista – Giovan Battista Chiesa, na pequena aldeia de Santena, na Itália, na segunda metade do século XVII. Podemos questionar a pretensão do autor entre estudar apenas a carreira desse exorcista, a vida política da aldeia, o comportamento econômico e o funcionamento do mercado de terras, a estrutura de poder no norte da Itália ou as relações centro-periferia entre a capital e uma comunidade local. Podemos entender que, estrategicamente, em seu trabalho, ao explorar a recomposição da vida de Chiesa, o autor configura a apreensão e interface de vários elementos constitutivos daquela sociedade.

Ora, o certo é que Levi propõe uma mudança de escala na sua análise, repele a perspectiva funcionalista e estruturalista da história construída de *cima para baixo*, mas, ao contrário, ao resgatá-la em seus subterrâneos, na história *vista de baixo*, que contempla os seus habitantes enquanto sujeitos históricos fundamentam a história no entrelaçamento das relações sociais, econômicas, políticas e culturais, criando uma extensa rede relacional de significações locais e globais.

Trata-se, então, de uma história local que não se fragmenta, não se esmigalha, não promove a separação entre nenhuma esfera da história, aproximando-se, assim, da história vista como totalidade.

A observação e análise em escala podem dar suporte e inspirar abordagens renovadas na micro-história, e, em especial, aquelas que se propõem à construção do conhecimento da história local, pois o que se estabelece não é simplesmente o seu recorte ou a sua redução, e sim, como já dito, uma inter-relação entre o micro e o macro, com o local e o universal, entre as particularidades do texto com o contexto. Nessa estrada de mão dupla, muito é descoberto na esfera do micro, mas essas descobertas ganham significado ao serem contextualizadas no macro, como bem afirma Sharpe (1992, p. 54) “a expressão história vista de baixo implica que há algo acima para ser relacionado”.

Vejam, por exemplo: como entender a existência e labuta diária dos bóias-frias de Pedras de Fogo, município paraibano, sem relacionar à produção em larga escala e à comercialização da cana-de-açúcar subsidiada pelo governo federal? Ou ainda, sem considerar as graves conseqüências sociais da concentração de terras para o seu cultivo? Como situar entre as décadas de 1930 e 1950 a proliferação de sindicatos de trabalhadores no porto da pequena Cabedelo, no litoral paraibano – eram mais de quatro, sem cotejar a importância deste para a economia do município e do estado? Ou, o caráter assistencialista espelhado em modelos nacionais de organização sindical que predominou, à época, nas suas esferas de atuação?

Entendemos, assim, que apenas reduzir o objeto de estudo em escala não garante nem a construção, nem a compreensão da história. No exemplo dado por Levi, da aldeia de Santena, não se apresenta uma história local fechada em si mesma, já que o autor, ao definir o seu objeto de pesquisa – o padre Chiesa e sua trajetória como exorcista, ampliou num verdadeiro jogo de escalas à construção desse objeto, numa interface entre o local e o universal.

Não se trata, portanto, de escolher como mais ou menos *verdadeira* a história por sua abordagem. Não se trata de escolher, por exemplo, entre a história da nação, do estado, como macro e a do indivíduo, do local, como micro, é precisamente o conjunto desses níveis em articulação que podem possibilitar a construção de uma história mais complexa e completa.

Trabalhar com a micro-história e com escalas, é, por definição, escolher formas de escrita diferenciadas, é estratégia de trabalho com as informações e, principalmente, com a relação que o historiador mantém com eles. Entendemos que, mais do que definir a escala de observação e análise, o importante é garantir a sua variação.

A história, enquanto processo, e na tessitura da construção do conhecimento, no caso da história local, mais esqueceu que lembrou de resgatar a ação de personagens que se tornaram anônimos no curso da história geral. Deve-se considerar, porém, que a história de

vida desses agentes, no seu fazer cotidiano, aponta para os mesmos enquanto protagonistas, desde atos considerados *simples* como eleger o político, pagar os impostos, entre outros, até os enfrentamentos mais cruéis tais como conviver com o desemprego ou subemprego, com a impossibilidade de estudar, com a fome, com a precariedade da assistência médica entre outros, que se delineiam e se repetem ao longo da história, e se fazem presentes, permanentemente, na memória dos que os vivenciam. Sendo a maior parte desses enfrentamentos ocorridos na esfera local, a observação e análise através de escalas possibilita, com considerável propriedade, a sua visibilidade.

Rever o cotidiano é um exercício privilegiado da criação histórica, é não só relembrar para resgatar o passado, pois não há como resgatar sem acrescentar, criando novos sentidos que possibilitem a percepção contraditória e dinâmica da própria constituição da sociedade, mas também rever o cotidiano tendo, como perspectiva, sua transformação.

Vemos, assim, que essa construção da história, que pressupõe uma abordagem teórico-metodológica específica – a história local, por sua, digamos, recente utilização, nos lança questionamentos teórico-metodológicos que se mostram longe de esgotarem reflexões e definições e, assim sendo, se apresentam como um campo teórico de exploração em permanente revisão, desafiando o historiador.

Isto fica evidente principalmente no que se refere à definição e abrangência do seu próprio conceito. São dificuldades conceituais encontradas em indagações que se repetem nas produções teóricas a esse respeito, entre elas: O que é história local? Para que serve a história local? Quais os conceitos e categorias construídas acerca dela? Quais as possibilidades de construir e trabalhar com a história local? Poderia ser a história local um novo campo teórico ou um princípio metodológico a se empregar para a construção de um conhecimento específico?

Procurando clareza para essas questões, se faz necessário desenvolver reflexões básicas sobre *o que é história local*, como também, *o que ela não é*, para que se evitem equívocos, confusões e discussões que envolvem o trabalho com essa, por nós entendida como um recurso teórico-metodológico de abordagem para a pesquisa e para o ensino de história.

Nesse sentido, apontamos algumas considerações de Neves (1997), quando, procurando no contexto da própria produção do conhecimento histórico, estabelecer a relação entre a construção da identidade social e o conhecimento de história local, entendida tanto como objeto, quanto como referência para o estudo da história, afirma: “Evidentemente, por história local deve-se entender todos os sentidos decorrentes do uso da palavra história: o

processo histórico, a ciência histórica e a historiografia, consideradas na perspectiva de um determinado local”. (p. 14).

E ainda, considerando a relação entre a história local e o conhecimento histórico, esclarece que: “[...] a história local refere-se ao conhecimento histórico, sob a perspectiva local, e pode significar: o local como **objeto** do conhecimento e/ou o local como **referência** para o conhecimento”. (p. 15. Grifos da autora.).

Na realidade, a discussão se volta para a questão epistemológica que envolve a relação parte e todo, singular e universal, específico e geral, elementos esses que dão sentido à ciência histórica. Assim, para o que até aqui se apresentou nas reflexões sobre escalas e micro-história, cabe entender ainda, e principalmente, que a história local, como diz Neves, refere-se ao conhecimento histórico – à história. O que se busca, ao se trabalhar com a história local, é o entendimento da história. Dessa forma, trata-se de atribuir à perspectiva local, o status de um recurso teórico-metodológico de abordagem para a pesquisa e para o ensino de história que considere, como diz a autora, o local tanto como objeto quanto como referência para o conhecimento da história.

Nesse sentido, a proposta de desenvolver um trabalho científico partindo da história local como recurso teórico-metodológico de abordagem se insere no universo da ciência histórica, fazendo parte e definindo-se enquanto formadora da complexa teia de possibilidades dessa ciência, desenvolvendo, assim, um olhar atento e cuidadoso para as especificidades do contexto local, até pelo fato do local não ser analisado numa perspectiva localista⁴, e sim em sintonia com outras dimensões históricas, o local seria, como no dizer de Samuel (1990, p. 229), “[...] como uma janela para o mundo”.

Defendendo o valor e a importância da história local em sua relação com a história geral, Neves (1997) explicita ainda: “O local fora do contexto geral, é apenas um fragmento, e o geral, sem o respaldo das realidades locais, é apenas uma abstração, e, neste caso, ambos estarão destituídos de sentido”. (p. 22).

Observando os questionamentos acerca da abordagem e uso da história local, advém a idéia de seu papel enquanto recurso teórico-metodológico, baseado num recorte do tempo e do espaço estudado, pois que, segundo Ferro (1989 p. 122), a história local “permite

⁴ O localismo apresenta-se como uma visão estreita do local, e quase sempre com teor bairrista, que só leva em consideração o local em si, hostilizando ou menosprezando o que se refere aos demais espaços, tem geralmente um teor de discriminação, chegando a negar a identidade social a qualquer outra pessoa *de fora* ou a desconsiderar a importância de outros espaços geográficos. Na ciência histórica é porta voz de uma fragmentação explícita que torna o local apenas como um pedaço, uma parte, sem articulações com o todo.

determinar alguns vínculos que a análise histórica pode estabelecer entre passado e presente, entre um acontecimento local e a história geral”.

É importante considerar que a história local em si é específica, mas, ao mesmo tempo, está intrinsecamente articulada com o geral, por exemplo: a Guerra do Iraque ou a Questão Palestina, enquanto acontecimentos são locais, com implicações de ordem política, religiosa, econômica, social e cultural também local, mas afetam e são afetadas pelos acontecimentos do mundo. Então, em termos do movimento histórico que produzem não é específico, ou localizado, desta forma, o específico não existe isoladamente.

A história local situa-se, assim, como possibilidade de questionamento sobre a forma como os homens têm-se organizado ao longo do tempo para produzir as condições sociais e materiais de existência, bem como de sua organização social e participação política, levando-o à ação no meio em que vive, e, dessa forma, inserindo-o na conjuntura da história total.

Como possibilidades práticas do uso da história regional e da história local, apresentam-se propostas curriculares para o ensino de história. Assim, Silveira (1990) defende uma perspectiva contrária à homogeneização e a determinados recortes da realidade, afirmando que:

[...] se a falta da História Regional afasta o educando de seu cotidiano e gera o equívoco de que ele pense esse cotidiano como se fosse o mesmo do resto do país, o simples fato de inverter a dosagem curricular mas na base de recortes regionais tradicionais, poderá implicar na percepção fragmentada, isolada da História Regional, destituída, por um processo de homogeneização geopolítica, de suas diferenciações internas, de suas articulações externas no espaço brasileiro e fora dele. (p. 42)

Fica claro que o questionamento da autora, na realidade, se refere não à contraposição aos recortes espaciais como procedimento metodológico, mas sim ao uso indevido desses, através da homogeneização ou fragmentação da concepção de história que acarrete numa interpretação descontextualizada do próprio conhecimento histórico. E isso, da mesma forma, também se aplica adequadamente à história local.

Observamos que o interesse científico pelo estudo das questões relacionadas com a história local tem extrapolado academicamente a questão teórica e metodológica da construção do conhecimento e, aos poucos, alcançado as salas de aula do ensino fundamental e médio, na busca de uma ação mais efetiva que possa levar o aluno à elaboração de um raciocínio histórico coerente e permanente, que o instrumentalize à ação na sociedade.

Baseados nesta análise, concluímos que, compreender as relações de ordem econômica, política, social e cultural que se apresentam no local – entendido, neste caso, como na história do município – e situá-los no contexto do estado, da região, do país, do mundo, percebendo as relações que se constroem cotidianamente na história, tanto no espaço

local, quanto no âmbito geral, requer a compreensão da história como uma das possibilidades de apreender as relações que os homens estabelecem entre si na sociedade em suas variadas faces, que pressupõe as bases de sua sobrevivência individual e coletiva.

REFERÊNCIAS:

- BOURDIN, Alain. *A questão local*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- BRAUDEL, Fernand. *História e Ciências Sociais*. Lisboa: Editora Presença. 1986.
- BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Unesp, 1992.
- FERRO, Marc. *A História Viglada*. São Paulo: Martins Fontes. 1989.
- GINZBURG, Carlo. O inquisidor como antropólogo: Uma analogia e as suas implicações. In. GINZBURG, Carlo *A micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel. 1989. p. 203-214.
- HILL, Christopher. *O mundo de ponta-cabeça*. Idéias radicais durante a revolução inglesa 1640. 3. ed. São Paulo: 1987.
- HOBBSBAWM, Eric. A invenção das tradições. In. HOBBSBAWM, Eric & RANGER, Terence.(Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.
- HOLANDA, Aurélio B. *Novo dicionário eletrônico 5.0*. São Paulo: Positivo, 2005. CD-ROM.
- LEVI, Geovanni. Sobre a micro-história. In. BURKE, Peter (Org.). *A escrita da história*. São Paulo: UNESP, 2000. p. 133-161
- MANIQUE, Pedro Antônio e PROENÇA. Maria Cândida. *Didática da História: patrimônio e história local*. Lisboa: Texto. 1994.
- NEVES, Joana. História Local e construção da identidade social. In. *Saeculum: Revista de História*. nº 3, João Pessoa: Editora Universitária/UFPB. Jan/Dez 1997.
- REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- REZNIK, Luís. *História local e comunidade: o exercício da memória e a construção de identidades*. Disponível em: <<http://www.historiadesaogoncalo.pro.br/>> Acesso em 16 de jan, de 2005.
- SAMUEL, Raphael. História Local e História Oral. *Revista Brasileira de História*. História em Quadro Negro: escola, ensino e aprendizagem. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, v. 9, nº 19, set.89/fev.90. 1990. p 219-243.
- SILVEIRA. Rosa M. Godoy. Região e História: questão de método. In: *República em Migalhas. História Regional e Local*. São Paulo: Marco Zero. 1990. p.18-42.
- _____. Recuperar a memória, fazer a história. In. *Debates Regionais III*. Fazer História: (des)construção e (in)certeza. João Pessoa: NDIHR, 1996. p. 8-16.
- SHARPE, Jim. A história vista de baixo. In BURKE, P. (Org.). *A escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. p. 39-62.
- VAINFAS, Ronaldo. Micro-história. *Os Protagonistas Anônimos da História*. Rio de Janeiro: Campus. 2002.
- THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992. 385p.
- THOMPSON, Edward P. *A Formação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.